

# Alencar defende debate e não projeto

Não é pretensão da Comissão Suprapartidária de Estudos Constitucionais do Legislativo — articulada pelo deputado Alencar Furtado (PMDB-PR) — apresentar ao final dos trabalhos um texto acabado ou mesmo um esboço de Constituição. Ao contrário da criticada comissão do Executivo presidida pelo jurista Afonso Arinos, encarregada de apresentar um modelo de Constituição, a comissão do Legislativo pretende encaminhar debates a nível nacional com diversos segmentos sociais, visando recolher subsídios para a Assembleia Nacional Constituinte.

Depois de catalogados e computados os resultados das discussões em torno dos problemas debatidos, o próprio povo é que irá se encarregar de defender os seus interesses, cobrando os de seus candidatos à Constituinte, explica Alencar Furtado. Sem querer admitir que tenha restrições quanto à representatividade ou validade da comissão do Executivo, Furtado diz que a contribuição dos trabalhos encaminhados por Afonso Arinos será apenas técnico-jurídica.

“Estão querendo fazer a norma constitucional antes de discutir os problemas do povo. Isto não pode ser”, observa.

## “UMA GAFFE”

Mesmo tendo já a assinatura de todas as lideranças partidárias e a indicação dos nomes dos deputados que irão compor a comissão do Legislativo, Alencar Furtado vem enfrentando alguns problemas para a instalação definitiva dos trabalhos. Alguns são ligados à falta de uma infraestrutura. Esta semana, Furtado se reuniu com o presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, para acertar a distribuição de uma sala para o funcionamento dos trabalhos burocráticos, a aquisição de um computador para codificar a média das sugestões colhidas nos debates em todo País, o recrutamento de material humano para assessoramento e um auditório para as reuniões, que a princípio deverá ser o do Anexo IV.

De acordo com Alencar Furtado, Ulysses Guimarães está bastante empenhado em que a comissão

do Legislativo se instrumentalize o mais rápido possível e prometeu resolver estes problemas de infraestrutura nos próximos dias. A primeira reunião da comissão, marcada para ontem, foi adiada por tempo ainda indeterminado e só deverá acontecer quando os problemas de espaço e material forem definidos. “Vamos ter muito trabalho por este País agora — observa Furtado. — Se não nos organizarmos agora, corremos o risco de ficar no meio do caminho”.

Mas não são apenas os problemas de infraestrutura que estão atrasando a instalação da comissão constitucional do Legislativo. Ontem, o articulador da comissão descobriu que da lista dos componentes divulgada pela imprensa não constava o nome de nenhuma das sete deputadas da Casa. “Cometemos uma gaffe ao nos esquecermos das mulheres”, confessa.

Hoje este erro deverá ser corrigido. Da nova lista que será divulgada oficialmente, deverá figurar o nome de pelo menos duas das sete deputadas. A reclamação imediata partiu da de-

putada Mirtes Bevilacqua (PMDB-ES), que telefonou a Furtado denunciando a “falta de consideração dos líderes partidários encarregados de fazer as indicações, que não levaram em conta toda a movimentação e participação das deputadas nas discussões dos problemas nacionais”.

Além dos 32 parlamentares, cerca de 40 entidades de expressão nacional serão representadas na Comissão de Estudos Constitucionais do Legislativo. Os grandes partidos também estão representados proporcionalmente. Os deputados Sebastião Nery (PSB/RJ) e Haroldo Lima (PC do B-BA) são os porta-vozes dos outros seis pequenos partidos.

A comissão suprapartidária do Legislativo ainda não possui um esquema de atuação traçado, o que só será definido na primeira reunião ainda sem data marcada, quando será feita também a eleição da mesa Diretora. Como o articulador e autor da idéia da criação da comissão Suprapartidária, Alencar Furtado confessa que espera ser indicado como o seu presidente.